

À COMUNIDADE DA UNESP

O Conselho Universitário (CO) da UNESP, órgão colegiado máximo da Universidade que representa a sua comunidade, no dia 11/12/2014 vai deliberar sobre a suspensão, por 60 dias, de 95 alunos pertencentes a algumas unidades da UNESP e que participaram da invasão ao prédio da Reitoria da UNESP no dia 16/07/2013. Além deles, 19 pessoas que não tinham vínculo com a UNESP participaram da ação.

No CO do dia 30/10/2014, a comunidade foi informada do efeito suspensivo à pena, solicitado pela defesa dos alunos e aceito pelo Reitor.

A pena de suspensão foi proposta por uma Comissão Sindicante, após ter ouvido e levantado informações sobre os procedimentos dos alunos durante a invasão. Durante o processo, os estudantes tiveram amplo direito à defesa e, além deles, foram convocados para depor funcionários responsáveis por áreas administrativas, professores e assessores presentes na ocasião dos fatos. Os danos foram quantificados pela Diretoria Administrativa, as ameaças foram relatadas por vários depoentes e registros das câmeras de segurança do prédio documentaram as ações dos invasores. Cabe ressaltar que os alunos participantes da invasão ao prédio da Reitoria tiveram amplo direito à defesa, durante o processo que resultou em sua punição.

Esta segunda invasão do prédio da Reitoria ocorreu vinte dias após uma anterior (27/06/2013) em que houve amplo debate dos manifestantes com a Vice-Reitora e com a Pró-Reitora de Extensão (PROEX). Naquele momento, estabeleceu-se uma pauta de trabalho com ações imediatas a serem tomadas pela PROEX e outras a serem desenvolvidas pela Reitoria, juntamente com os alunos, que compreendiam uma política específica para a permanência estudantil. Documento gerado nesta reunião está disponível em http://www.unesp.br/portal#!/aci_ses/notas-e-comunicados/reuniao-entre-reitor-e-estudantes-12-07-2013/

Além disso, quatro dias antes da segunda invasão ocorreu nova reunião entre o Reitor, a Pró-Reitora de Extensão e uma Comissão que se dizia representativa dos alunos, na qual foram referendadas as ações emergenciais estabelecidas anteriormente. Foram discutidos também os principais pontos para a evolução nos temas relativos às

Resposta Smoção 1633- Reinaldo

2014-12-11 10:58:47

reivindicações, notadamente a criação de uma Coordenadoria específica e com autonomia para decidir sobre Permanência Estudantil, assessorada por uma Comissão Permanente composta paritariamente por alunos, docentes e servidores técnico-administrativos.

Nesta reunião e em várias outras anteriores, sempre foi feito forte apelo para que os alunos não invadissem dependências da universidade, pois isto implica, natural e obrigatoriamente, na apuração dos fatos e dos danos pelos responsáveis administrativos, sob pena dos mesmos serem acusados e punidos por improbidade administrativa. A responsabilidade maior pelos bens públicos em cada unidade é dos Diretores e, na Reitoria, é do Reitor.

Na medida em que ocorrências deste tipo se repetem, as penas propostas no processo de apuração se agravam, sobretudo para os alunos reincidentes. Desta forma, antes da decisão precipitada por uma invasão, defendemos a importância de manter diálogo com os gestores para buscar entender as possibilidades da universidade em atender reivindicações.

Apesar das invasões sucessivas, a administração central sempre buscou cumprir as decisões acordadas nas reuniões com os alunos. Propôs, e foi aprovada no CO do dia 15/08/2013 (Despacho Nº 204/2013), a criação da COPE – Coordenadoria de Permanência Estudantil. Esta tem o propósito de elaborar, planejar, acompanhar e avaliar, em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE), programas, metas e ações para promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, contribuindo para a redução dos índices de retenção e de evasão na UNESP. Informações sobre a COPE estão disponíveis em: http://www.unesp.br/Home/aci_ses/informativounesp/Especial-201407-InformativoUnesp-Julho2014.pdf.

Numa sociedade democrática, os direitos e deveres devem ser conhecidos e respeitados. O diálogo honesto e produtivo é o melhor caminho para se atingir tais intentos sem contrariar responsabilidades e sem traumas que possam causar prejuízos aos atores dessa interação.

A invasão e a truculência a espaços fundamentais do trabalho administrativo e acadêmico da universidade, sejam as Diretorias, os Departamentos e as Congregações, nas

unidades, ou locais de trabalho e a sala de reunião do Conselho Universitário, na Reitoria, não constituem medidas salutaras para o ambiente de paz e de progresso que se deseja para todos os segmentos representativos da nossa comunidade.

São Paulo, 12 de novembro de 2014

Prof. Dr. Julio Cezar Durigan
Reitor

A Câmara Municipal
de Arns para conhecimento
do Relatório dos Fatos pelo
Rector.

19-11-14


Julio Cezar Durigan
Reitor